

Oficina Municipal e a formação política de cidadãos e gestores

JOSÉ MARIO BRASILIENSE CARNEIRO
GUSTAVO SANTOS
HUMBERTO DANTAS
EDER BRITO

PARTE I – A PARCERIA ENTRE A OFICINA MUNICIPAL E A FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

■ Este artigo irá tratar das atividades de formação política realizadas pela Oficina Municipal (OM), uma escola sem fins lucrativos com certificado de OSCIP que desde 2002 oferece cursos nos campos da cidadania, política e gestão pública.¹ A título de introdução é importante destacar que a OM é parceira da Fundação Konrad Adenauer (FKA) desde a sua fundação e que com ela compartilha a missão de formação política no Brasil. A FKA é uma das fundações políticas alemãs que realiza projetos aqui e em cerca de 100 países no mundo. Ao longo destes anos de parceria com a FKA aprendemos que investir na formação política é uma maneira de fortalecer as bases democráticas do país e colaborar com as transformações sociais em favor do bem comum. Os governantes que tomam decisões nas diversas esferas do Estado, e portanto, também em nível Municipal, têm na política um instrumento essencial para a promoção do desenvolvimento. E para bem realizar sua missão é preciso que o agente político tenha bons conhecimentos so-

1 Um artigo sobre a fundação da Oficina Municipal pode ser encontrado na publicação organizada pelo Dr. Wilhelm Hofmeister sobre os 40 anos de atividades da Fundação no Brasil. (40 Anos: política, sociedade e cooperação internacional. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2009). Cabe aqui mencionar o importante papel do Dr. Hofmeister na criação da Oficina Municipal.

bre muitas disciplinas, dentre elas ciência política, direito e administração pública que, entre tantas outras, são tratadas nos cursos da OM. Os desafios do mundo atual exigem o estudo permanente para que se consiga operar politicamente com eficiência em bases éticas e humanas. Em suma, oferecer formação política é a missão que a Oficina Municipal herdou e compartilha com a Fundação Konrad Adenauer.

Para dizer algo mais sobre a Fundação Konrad Adenauer, que é bastante conhecida no Brasil nos ambientes político e acadêmico, emprestaremos as palavras de Bernhard Vogel, ex-Governador do Estado da Turíngia e ex-Presidente da FKA em Berlim: “Não construímos estradas, hospitais e escolas. Isto é assistência técnica, médica e científica. Concentramo-nos em assuntos políticos, econômicos, sociais e culturais”.² Este líder que integrou o núcleo de Governo do Chanceler Helmut Kohl esclarece ainda que esta Fundação tem os seguintes objetivos na sua atuação internacional:

1. Promover as bases éticas da Política e da Cultura Política;
2. Auxiliar na construção de uma *Democracia* baseada na Liberdade e no Estado de Direito;
3. Oferecer a experiência alemã em *matéria de Federalismo e da Autogestão Municipal* e;
4. Difundir os princípios da Economia Social de Mercado como ordem econômica e social fundada na ética.³

É preciso esclarecer também que a Fundação Konrad Adenauer não implementa diretamente projetos em países emergentes mas trabalha, preferencialmente, em cooperação com parceiros locais independentes. Como esclarece Vogel: “a ligação entre nossa instituição e nossos parceiros cabe aos representantes da FKA nos diversos países. Estes colaboradores possibilitam o diálogo constante, diário na maioria dos casos, com o parceiro local e se colocam a sua disposição para uma assessoria permanente”⁴.

2 VOGEL, Bernhard. O engajamento internacional das Fundações políticas alemãs. Série Papers, Fundação Konrad Adenauer: São Paulo, 1992, pg. 3.

3 Op. Cit, pg. 5, grifo nosso.

4 Idem.

Uma escola de cidadania e gestão pública voltada à prática

Assim como a FKA, a Oficina Municipal posiciona-se institucionalmente entre a esfera acadêmica e o mundo político-governamental. Por isso são fundamentais para o nosso trabalho as parcerias com universidades e faculdades de primeira linha nos campos da administração pública, gestão de políticas públicas, ciência política, direito, planejamento urbano e ciências ambientais, entre outras. Por outro lado, este trabalho acontece na prática graças aos convênios de cooperação técnica que estabelecemos com várias Prefeituras Municipais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina e Paraná onde mantemos projetos atualmente. E cooperamos não somente com as Prefeituras, de forma isolada, mas também com Associações de Municípios e Consórcios Intermunicipais tais como a AMVAPA (SP), CODIVAR (SP), CIVAP (SP), COGIVA (PB), AMERIOS (PR) e AMVALI (SC). Respeitadas as suas particularidades regionais, estes agrupamentos de prefeituras tem uma capacidade ímpar de definir e indicar as prioridades regionais que acabam orientando o trabalho de nossa instituição na definição dos temas fundamentais que serão tratados nos programas de formação. Em todos os locais onde atuamos nosso papel é oferecer a diversos públicos (cidadãos, lideranças jovens, políticos e gestores públicos etc.) atividades de formação humana e capacitação técnica com um caráter prático e aplicável à vida cívica cotidiana e à atuação profissional em instituições governamentais e não governamentais. Costumamos dizer que “formamos cidadãos e gestores que irão transformar a política e a gestão” em vários setores, com destaque para educação, meio ambiente e finanças públicas.

Esta postura engajada na vida real das cidades tem levado ao reconhecimento da Oficina Municipal como uma instituição de referência no campo das políticas públicas. E este reconhecimento nos tem permitido estabelecer novas parcerias, especialmente com institutos e fundações empresariais que atuam no setor social. Por exemplo, em 2013 a Oficina Municipal assumiu a Coordenação Técnica do *Programa Melhoria da Educação no Município*, que é uma iniciativa da *Fundação Itaú Social* voltada à formação de gestores da educação. Graças a este Programa um significativo número de secretárias da Educação, responsáveis pelo Ensino Fundamental e Infantil em todo o país, está sendo formado para realizar melhor as suas atribuições, juntamente com membros de suas equipes que ocupam cargos de carreira e que permanecerão na administração para além dos atuais mandatos.

Programas como este têm um caráter profundamente político na medida em que reforçam alguns aspectos mencionados acima pelo professor Vogel e que aqui destacamos em itálico:

1. Fortalecimento da *Autonomia Municipal*, por exemplo, com a melhoria da gestão dos recursos financeiros do FUNDEB e das transferências estaduais;
2. Fortalecimento da *Federação*, por exemplo, através da criação de Câmaras Técnicas da Educação nos consórcios intermunicipais visando à realização de projetos cooperativos que beneficiam escolas e crianças de amplas regiões homogêneas e à continuidade de programas de impacto regional para além dos mandatos;
3. Fortalecimento da *Gestão Democrática* por meio da formação de gestores na elaboração assistida de Planos com a participação da sociedade civil, como por exemplo, os Planos Municipais da Educação.

Jornadas de Formação Democrática e Formação Política de Juventudes Partidárias

Ainda no campo da educação, a Oficina Municipal tem um olhar especial voltado aos jovens que buscam maneiras de engajar-se socialmente em suas comunidades e politicamente em organizações sociais e partidos políticos. Com este objetivo fomos buscar inspiração nas Jornadas de Formação Democrática da Juventude que o Centro de Estudos da Fundação Konrad Adenauer promoveu, em São Paulo, ao longo da década de 1990. Neste Programa os Membros do Conselho Consultivo da FKA, representando diversos setores da sociedade e do mundo acadêmico, eram convidados a indicar jovens de suas relações para um programa de formação tendo como professores líderes políticos, pesquisadores e jornalistas destacados no cenário nacional. Ao final dos cursos os jovens eram convidados a apresentar *papers* que posteriormente eram publicados pela própria FKA. Naquela época os esforços para reconstrução da Democracia faziam vibrar os jovens participantes que buscavam um maior protagonismo político. A partir daquela experiência a OM criou as Jornadas Universitárias, voltadas a estudantes em nível de graduação, bem como, a Escola Konrad Adenauer para Lideranças Jovens, sobre as quais falaremos ao final deste artigo.

Além destas frentes de ação com a juventude, e tendo em vista a missão que compartilhamos com nossa parceira Fundação Konrad Adenauer de colaborar com o fortalecimento do Estado de Direito, surge uma nova frente de

trabalho que é a capacitação e a qualificação direta dos líderes políticos dentro de seus respectivos partidos. Importante dizer que ainda que se possa criticar o papel das agremiações partidárias no Brasil, e em vários países, no contexto atual não há democracia sem partidos políticos. Em nosso país a Fundação Konrad Adenauer não se associou exclusivamente a uma legenda de orientação democrata cristã, mas proporcionou oportunidades de formação a vários partidos, com ênfase nas suas respectivas juventudes. Em especial, ao longo dos primeiros anos da virada do milênio foram realizados cursos de curta e média duração com jovens de partidos brasileiros e latino-americanos, em parceria com instituições como a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Instituto Nacional Democrata e o Instituto Internacional Republicano dos Estados Unidos da América, entre outras. A Oficina Municipal participou dessas atividades trazendo a perspectiva da política e da gestão municipal para a reflexão dos jovens líderes, que também tiveram treinamentos em gerência política (comunicação de governo e campanhas eleitorais, organização de partidos políticos, marketing político, oratória etc.) e teoria democrática. E com a Escola Konrad Adenauer para Jovens Lideranças, os membros das juventudes partidárias voltam a ser um foco fundamental de nosso trabalho como veremos adiante.

O princípio da Subsidiariedade, Reforma Política e Federalismo

A Subsidiariedade é um dos princípios do ensino social cristão que orienta a Fundação Konrad Adenauer e o partido ao qual se vincula na Alemanha, a União Democrata Cristã (CDU). A Federação alemã adota o mesmo princípio e por isso seus doze mil municípios e vinte e seis Estados federados gozam de uma força e de uma autonomia comparativamente maior do que seus pares em outras Federações. Isso porque, como se sabe, o princípio da subsidiariedade aponta para descentralização, para uma eficiente e efetiva coordenação federativa, bem como, para uma clara distribuição de competências entre União, Estados e Municípios. A ideia fundamental é distribuir estas competências “de baixo para cima” ou no sentido *botom-up*, como dizem os norte-americanos. Tudo que pode ser feito por uma esfera menor (ou inferior) de governo, não deve ser realizado por outra esfera maior (ou superior). Este cuidado decorre do risco de se tolher a criatividade, a iniciativa, a autonomia e o empreendedorismo das comunidades locais, regionais e estaduais quando, por exemplo, a maior parte das políticas e decisões permanecem concentradas no governo federal. No Brasil a cultura política aponta em sentido oposto, pois boa parte dos políticos prefere manter e fomentar a manutenção da maior

parte dos recursos tributários e do poder decisório em Brasília, criando vínculos de dependência e privilégios partidários frente às esferas de governo inferiores.

Inspirada no princípio da subsidiariedade a FKA realizou no Brasil, em especial ao longo dos anos 1990, uma série de pesquisas e atividades colaborando com o aprofundamento do debate sobre a Reforma Política (Sistema Eleitoral e Partidário) e sobre o Federalismo. Para esta tarefa contou com pesquisadores de renome nacional e internacional e parcerias privilegiadas com instituições como CEDEC, INESP, CEBRAP, Fundação João Pinheiro, Departamento de Ciência Política da USP, Unicamp, FGV-SP, IUPERJ, Fórum das Federações, entre outros.⁵ Neste contexto não foram poucos os seminários e publicações sobre o modelo do Voto Distrital Misto da Alemanha e sobre a experiência Federativa alemã (e também a dos EUA), onde Estados, Municípios, Condados, ou *Landkreise*, na Alemanha, desempenham um papel fundamental na formulação e implementação de políticas públicas sociais, ambientais etc. Com isso queremos dizer que toda literatura e debates produzidos pela FKA nos últimos vinte anos foram, e ainda são, fundamentais para embasar teoricamente toda atividade da Oficina Municipal no campo da formação política.⁶ Sem esta herança de uma cultura política amadurecida e repertório científico que recebemos da FKA, que pode ser considerada um dos maiores *think tanks* dedicados à política e à democracia no mundo, estamos certos de que seria inviável a existência de uma organização com o perfil da Oficina Municipal no Brasil.

PARTE II – O MUNICÍPIO ENQUANTO ESCOLA DE DEMOCRACIA

■ O Estadista democrata cristão Konrad Adenauer, que dá nome à Fundação, foi prefeito de Colônia na década de 1930 e logo deposto pelo regime Nacional Socialista. Terminada a Segunda Grande Guerra voltou ao cenário político

5 Boa parte destes parceiros contribuiu com a criação da Oficina Municipal e ainda colaboram conosco dentre os quais poderíamos citar alguns professores: Lúcia Avelar, Aspásia Camargo, Fernando Abrucio, Valeriano Costa, Fernando Rezende, Alcides Jorge Costa, Marco Antonio Carvalho Teixeira, Amélia Cohn, Maria Rita Loureiro, Ruben Keinert, Regina Pacheco, Peter Spink, Clovis Bueno e Helena Kerr do Amaral. Para mais informações sugerimos a leitura do artigo já referido sobre a criação da OM que integra a publicação sobre os 40 Anos da Fundação Konrad Adenauer no Brasil.

6 Para melhor conhecer o papel dos Municípios e das instâncias regionais de governo, os *Landkreise*, na Alemanha, indicamos como leitura o artigo “Arranjos federativos regionais na Alemanha e o papel articulador dos Landkreise”, de José Mario Brasileiro Carneiro e Guenter Dill, que faz parte do volume da série Cadernos Adenauer 4/2011 sobre Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos. (<http://www.FKA.de/brasilien/pt/publications/31067/>).

como Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, que formulou a Lei Fundamental de 1949, e em seguida foi eleito Chanceler. Este estadista foi certamente um dos principais responsáveis pela reconstrução do país e pelo restabelecimento da paz com a Europa e com o mundo. Sua experiência como prefeito e sua crença na força da solidariedade presente nas comunidades locais levou-o várias vezes a afirmar que o “Município é uma escola de Democracia”.⁷ Por isso a Fundação Konrad Adenauer colabora com instituições voltadas ao fortalecimento da Política Local em boa parte dos países onde está presente, entre eles, no Brasil, com a Oficina Municipal. Trata-se de um dos aspectos mencionados acima pelo ex-Governador Vogel, ou seja, que a FKA busca “oferecer a experiência alemã em matéria de Federalismo e da Autogestão Municipal”.

Uma das maneiras pela qual a Fundação Konrad Adenauer disponibiliza informações sobre a Alemanha para a Oficina Municipal e seus parceiros brasileiros se dá com a realização dos Programas de Estudos para Prefeitos na Alemanha (*Besuchprogram*). Estes programas acontecem periodicamente a convite da Fundação Konrad Adenauer e contam com a parceria da Oficina Municipal na sua organização. Entre 2001 e 2010 foram realizadas seis missões deste tipo na Alemanha que contaram com a participação de 108 autoridades brasileiras, na sua maior parte prefeitos, mas também gestores públicos, parlamentares e pesquisadores ligados à política municipal. As missões duram cerca de seis a doze dias com uma agenda intensa de trabalhos que compreendem palestras, visitas técnicas e debates com políticos, gestores municipais e especialistas alemães. Graças a estes programas internacionais é possível conhecer mais a fundo alguns aspectos da realidade alemã no campo da gestão pública e da política de modo a inspirar os prefeitos e gestores brasileiros. Durante as visitas a questão do federalismo alemão se faz presente de forma prática no intercâmbio com autoridades de organismos municipais, regionais (*Landkreise*), estaduais e federais (e por vezes da

7 Nascido em 1876, Konrad Adenauer teve uma notável carreira política. Em 1917, foi eleito como primeiro Prefeito da cidade de Colônia. Durante o regime nacional-socialista foi destituído desse cargo e perseguido politicamente. Em 1949, Konrad Adenauer foi eleito como primeiro Chanceler da República Federal da Alemanha. Quando ele deixou esse cargo, em 1963, havia realizado uma obra histórica: a reconstrução da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial, a consolidação da democracia e a inserção de seu país na comunidade dos países livres.

No exercício de sua função de Chanceler da Alemanha, Konrad Adenauer visou a três objetivos essenciais: conduzir o povo alemão para uma situação autêntica de liberdade, inserir o país numa comunidade pacifista de Estados livres, e incentivar junto com os líderes da França e da Itália a integração europeia. Durante o seu governo, a Alemanha adotou o regime democrático e teve início um desenvolvimento econômico com bem-estar e equilíbrio social. (esse texto está no portal da KAS em português. Citar fonte).

União Europeia). Os temas principais dos programas de estudo têm sido: relações intergovernamentais e federalismo, política tributária, formação de gestores públicos, papel das associações de municípios, gestão de meio ambiente, resíduos sólidos, políticas sociais de educação, energia e mudanças climáticas. Em suma, a Fundação Konrad Adenauer tem garantido ao longo dos anos as fontes essenciais de conteúdos teóricos e experiências para os programas de formação da Oficina Municipal no que diz respeito ao referencial da Alemanha.

Os consórcios intermunicipais e a formação de jovens

Com base nesta experiência de quase quinze anos em formação política, em 2015 a Oficina Municipal, em parceria com a Fundação Konrad Adenauer, criou a *Escola Konrad Adenauer de Jovens Lideranças*. O objetivo deste programa de formação é explicar o funcionamento da democracia, das instituições políticas, do processo eleitoral e apontar os desafios da cidadania no Brasil. Além disso buscamos auxiliar municípios de pequeno e médio porte a identificar novas lideranças, entre jovens de 15 a 29 anos, com potencial para renovar os quadros da política partidária e da administração municipal nos locais onde o programa acontece. Neste sentido procuramos esclarecer o que são as políticas públicas específicas para jovens e porque é preciso que algumas das políticas públicas municipais contemplem projetos e programas que se direcionam especificamente para a faixa etária dos jovens. Além desses grandes objetivos, a Escola para Jovens Lideranças surgiu com a intenção de realizar ações de formação com caráter regional, ou seja, com jovens que representam um grupo de municípios que estão organizados em consórcios intermunicipais, ou outros arranjos cooperativos.

A região escolhida no primeiro ano das atividades foi o Vale do Paranapanema, no oeste do Estado de São Paulo, onde o Consórcio Intermunicipal do Alto Vale do Paranapanema (AMVAPA) congrega 19 cidades, tendo Avaré, Pirajú e Taquarituba como principais polos. Ao mesmo tempo em que oferecemos um programa de formação política de qualidade para os jovens buscamos oportunizar o encontro entre os municípios para que os projetos nascidos do curso possam ganhar uma dimensão de impacto regional como uma plataforma ampliada para ação social e política. A iniciativa começou com 30 jovens interessados oriundos de cinco municípios da região e culminou com a realização de projetos pelos jovens de três municípios: Taquarituba, Piraju e Manduri.

Foram seis meses de formação, com uma carga de 35 horas, divididas em cinco encontros. Os primeiros quatro ocorreram em Piraju, município polo na

região, que também é sede do Consórcio Intermunicipal. A atividade inicial foi uma oficina sobre participação política e políticas públicas para a juventude com especialistas vindos de São Paulo e Rio de Janeiro para trabalharem com os jovens participantes. No segundo encontro os jovens tiveram a oportunidade de discutir a política municipal e as eleições em uma cidade, aproximando-se da própria realidade local. Com isso os coordenadores da Oficina Municipal esperavam que eles se identificassem mais profundamente com o próprio território e passassem a enxergar-se mais positivamente como protagonistas e também beneficiários de seus futuros projetos.

Esperávamos que os jovens pudessem finalizar o programa sentindo-se fortalecidos o bastante para prosseguir com suas próprias ações em suas cidades de residência. Por isso, o terceiro e quarto finais de semana focaram em metodologias e elaboração de projetos. O quinto e último encontro ocorreu em cada um dos Municípios e não mais na sede do Consórcio. Neste momento cada um dos participantes apresentou quais seriam os primeiros passos para a realização de seu projeto que se tornou possível graças ao apoio da Oficina Municipal e da Fundação Konrad Adenauer. A partir disto esperamos que os jovens possam avançar “com as próprias pernas”.

O projeto gerou outros três resultados importantes de serem mencionados. O primeiro foi a filiação de um dos jovens a um partido político em sua cidade, credenciando-se como futuro candidato a vereador para concorrer nas Eleições Municipais de 2016. O segundo foi a aproximação dos jovens participantes da Escola Konrad Adenauer com suas respectivas Câmaras Municipais e Prefeituras, tanto na busca de apoio para a realização de seus eventos como para o apoio na sensibilização de outros jovens no município. E por fim, mas não menos importante, observamos o fortalecimento da esfera de atuação intermunicipal graças à reunião de jovens de diferentes cidades da mesma região que passaram a realizar ações quase que simultâneas com o mesmo objetivo. Oxalá no futuro eles consigam realizar também projetos com abrangência regional com o apoio do Consórcio Intermunicipal que já se prontificou a auxiliá-los e eventualmente criar uma Câmara Técnica para Juventude.

Capacitação para Câmaras de Vereadores

O trabalho com as Câmaras Municipais é certamente de grande importância para o fortalecimento da democracia no Brasil. Os vereadores, pela própria dinâmica de seu mandato, são os representantes mais próximos da comunidade. Há um po-

tencial a ser aproveitado destas lideranças para que passem a ser canais de efetiva representação do cidadão na esfera política. As Câmaras devem ganhar maior significado enquanto espaço democrático e isso ocorrerá na medida em que retomarem a confiança da população. A classe política vem sendo atingida por denúncias de corrupção e os esforços de formação para este público podem contribuir com as necessárias correções neste campo.

O fortalecimento de candidatos e vereadores empossados passa também pela capacitação técnica para atividade legislativa, para o acompanhamento e controle da gestão do Poder Executivo, bem como para promoção de valores éticos e humanos. Nesse sentido, a Oficina Municipal vem realizando diversas atividades em parceria com Câmaras Municipais, bem como cursos abertos sobre Técnica Legislativa e outros temas de interesse do Parlamento local em São Paulo e no Interior do Estado.

Dentre as atividades voltadas aos vereadores vale a pena destacar a promoção do *I Congresso Nacional de Vereadores* realizado em 2005, através de uma parceria com a União dos Vereadores do Estado de São Paulo – UVESP, a Arquidiocese de Aparecida e a Fundação Konrad Adenauer. O evento teve lugar no principal santuário mariano brasileiro, em Aparecida-SP, graças ao relacionamento que a Fundação Konrad Adenauer mantém há muitos anos com o Arcebispo de Aparecida, Dom Raymundo Damasceno Assis, ex-Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O evento contou com a participação de 285 Vereadores representando diversos estados dentre eles São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Espírito Santo, Bahia, Rio Grande do Sul.

Também apoiaram o evento a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, do Governo do Estado de São Paulo, a Associação Paulista de Municípios – APM, a Prefeitura Municipal de Aparecida, a Câmara Municipal de Aparecida, a Associação dos Vereadores do Rio de Janeiro e a União dos Vereadores de Minas Gerais. Com vistas a uma maior penetração no país o evento teve o apoio da Rede Vida de Televisão, que transmitiu ao vivo boa parte das conferências.

O Congresso teve como principais objetivos reunir vereadores e vereadoras do Estado de São Paulo e demais estados do Brasil para troca de experiências e reflexão conjunta sobre a atividade Político-legislativa e o fortalecimento das instituições democráticas em nível municipal. O evento permitiu aprofundar a questão da “Política a serviço da solidariedade e da paz” enquanto vocação dos atores políticos e sociais através de conferências e debates com palestrantes destacados no cenário nacional e resgatar princípios e valores do Evangelho e da Doutrina

Social da Igreja como iluminadores do pensamento e da ação política. Estiveram presentes várias autoridades, dentre elas o governador do Estado de São Paulo, *Geraldo Alckmin*, o ex-ministro dos Direitos Humanos, *José Gregori*, além de deputados federais e estaduais, e representantes de órgãos governamentais.

Com base nesta, e outras experiências, a Oficina Municipal se vê atualmente qualificada para estabelecer Termos de Parceria com Câmaras Municipais para a realização de programas de formação em parceria de caráter mais permanente. É o que está se projetando, a partir de 2015, com relação à Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Itapevi, na Região Metropolitana de São Paulo. O Termo de Cooperação Técnica assinado entre a Câmara e a Oficina Municipal prevê o desenvolvimento de trabalhos técnicos, pesquisas, programas, projetos, cursos e eventos, bem como, a participação conjunta em atividades relativas a assuntos de interesse municipal como a formulação de políticas públicas. Em suma, a iniciativa visa a aprofundar e aprimorar a qualidade dos trabalhos do Poder Legislativo local, bem como o aperfeiçoamento técnico dos trabalhos no âmbito de suas competências.

PARTE III – O REFERENCIAL DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA

■ A Doutrina Social da Igreja (DSI) é um ramo da teologia moral católica que procura aplicar a verdade sobre o homem, discernida no diálogo entre a Revelação e a História humana, às questões de ordem política e social que as sociedades enfrentam em cada época e lugar. A partir da sua concepção central da dignidade transcendente da pessoa humana, reafirmada pela encarnação de Jesus Cristo no ventre de uma mulher, a DSI procura promover um humanismo integral e solidário em todas as esferas de atuação humana a partir de específicos “princípios de reflexão, critérios de julgamento e diretrizes de ação”.⁸

A DSI, que passou a contar com um corpo mais definido de textos, temas e princípios a partir da encíclica papal *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, tem como principais destinatários os leigos, cuja missão primeira é transformar o mundo social dando testemunha dos valores do Evangelho. Nesse sentido, ela é voltada para questões concretas e desafios práticos, aos quais procura aplicar os critérios e diretrizes, de modo que qualquer tipo de divulgação e formação que não leve a reflexões e propostas concretas de reforma da vida social é necessa-

8 Pontifício Conselho Justiça e Paz, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (São Paulo: Paulinas, 2005), p. 19.

riamente incompleta. Entre os princípios centrais que guiam a reflexão da DSI estão:

- A dignidade da pessoa humana
- O bem comum
- A destinação universal dos bens
- A subsidiariedade
- A participação
- A solidariedade

Todos eles encontram suas aplicações em vários âmbitos da vida social: a vida familiar, as relações de trabalho, a economia, a política, as relações internacionais, o meio ambiente etc. A inspiração por detrás da missão e da atuação cotidiana da Oficina Municipal provém de duas fontes históricas que compartilham da tradição e dos princípios acima elencados do ensino social cristão: a democracia cristã alemã – via Fundação Konrad Adenauer – e o pensamento católico brasileiro, articulado por lideranças políticas, também democrata cristãs, como Franco Montoro e Alceu Amoroso Lima.

Por essa razão, a formação de líderes sociais e políticos nos valores da DSI sempre fez parte do trabalho da Oficina Municipal. E, seguindo a natureza voltada à prática desse corpo de conhecimentos, bem como a própria metodologia de “aprender para o fazer” da OM, as iniciativas de formação política realizadas sempre buscaram dialogar com questões correntes, propondo uma reflexão antropológica e filosófica profunda. Abaixo, destacamos três iniciativas emblemáticas dessa vocação de concretizar na história as diretrizes da DSI.

Jornadas Humanísticas

No ano de 2004, foi realizada em São Paulo uma iniciativa de discussões e debates sobre temas importantes da vida social e política, tendo como pano de fundo os ideais e critérios do humanismo integral que é uma das principais referências da DSI. Grandes nomes da área acadêmica, política e eclesial foram convidados para apresentar seu pensamento e em seguida dialogar com o público presente no Colégio São Luiz, dos Jesuítas. Os temas tratados foram: Política, Família, Ordem Internacional, Protagonismo Leigo, Economia, Relações de Trabalho, Tecnologia, Mística e Civilização do Amor. Todos os temas foram debatidos a partir da mesma lógica: quais são as possibilidades de inculturar os valores do

humanismo cristão na vivência de uma sociedade que se aflige com problemas ligados a esses temas.

Os eventos se deram graças a uma reunião de esforços da Oficina Municipal e Fundação Konrad Adenauer em parceria com a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), o Instituto Jacques Maritain e a Associação dos Antigos Alunos Jesuítas (ASIA). As palestras, seguidas de discussões, foram publicadas na edição especial número 84 do periódico “Bem Comum – Debatendo o Presente para Construir um Futuro Solidário”, uma publicação da FIDES, para que um público mais amplo tivesse acesso aos artigos e conclusões do encontro.⁹

Curso Internacional sobre Políticas Públicas e Responsabilidade Social à Luz do Ensino Social Cristão

Outra importante atividade no campo do ensino social cristão de caráter internacional, foi o *I Curso Internacional sobre Políticas Públicas e Responsabilidade Social à Luz do Ensino Social Cristão*, realizado em parceria com a Fundação Konrad Adenauer, com a Associação Nacional para o Ensino Social Cristão (ANESC) e com a Obra Kolping do Brasil, ao longo de 2005. O curso contou com a participação de convidados estrangeiros, dentre eles, *Guillermo Sandoval Vasquez*, jornalista especializado em Direitos Humanos pela OEA, professor de Ética na Universidade de Artes e Ciências da Comunicação e vice-presidente da Comissão Nacional de Justiça e Paz do Chile, *Pe. Patrick De Laubier*, professor honorário da Universidade de Genebra (Suíça) e professor visitante da Pontifícia Universidade Lateranense de Roma, *Flávio Felici*, doutor em Ciência Política pela Universidade de Terano, professor de Doutrina Econômica e Doutrina Social da Igreja na Pontifícia Universidade Lateranense de Roma e *Emílio Graglia*, doutor em Direito e Ciências Sociais, Licença em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade de Córdoba (Argentina). Os alunos tinham perfis variados compreendendo agentes de Pastoral, membros de Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades, militantes políticos, integrantes de ONGs, líderes de movimentos sociais, jovens universitários, religiosos e sacerdotes.

9 Dentre os palestrantes destacamos Dom Luciano Mendes de Almeida, Rubens Ricúpero, Don Rino Fisichela, à época reitor da Pontifícia Universidade Lateranense, Walter Barelli, ex-ministro do Trabalho e Maria Clara Lucchetti Bingemer, Professora da PUC-RJ.

Princípios para Ação Social e Política – PASP

Inspiradas nestas atividades acima referidas, em 2015, como parte das ofertas de formação política no formato de cursos noturnos com encontros de duas horas de duração abertas ao público em geral, a Oficina Municipal criou uma série de módulos sobre princípios filosóficos e antropológicos da DSI e suas relações com a vida social. Apresentado como uma discussão em um nível mais filosófico e aprofundado que as ofertas sobre instituições e atores políticos, o curso não foi desenhado como uma exposição teórica dos princípios e critérios da DSI, e sim como uma reflexão guiada e compartilhada sobre os fundamentos filosóficos de atividades humanas na área das relações comunitárias, na política, na economia, nas artes e produção cultural, e no meio ambiente. Cada módulo temático foi composto por 4 ou 5 aulas noturnas, mediadas por pesquisadores, professores ou líderes sociais, procurando concluir cada módulo com um testemunho concreto de alguém envolvido diretamente no tipo de atividade em tela. As discussões sobre bem comum, participação e comunidade, por exemplo, foram concluídas com um relato da experiência de hortas comunitárias na cidade de São Paulo. O objetivo era permitir que as experiências concretas fossem mais um estímulo para a reflexão e a visualização dos princípios da DSI na prática.

PARTE IV – OS CURSOS DE CIDADANIA E POLÍTICA

■ Os cursos de Cidadania e Política da Oficina Municipal nasceram em 2008 sob um formato especial que tinha por objetivo atingir dois públicos centrais: estudantes universitários e cidadãos interessados pela política. A origem dos cursos foram as atividades realizadas em parceria com a congregação religiosa dos Claretianos e com o Núcleo Fé e Política da Diocese de Jundiá, cidade próxima a São Paulo. Com o passar dos anos o curso procurou atrair também os servidores públicos, com base no mailing da Oficina Municipal no campo da gestão pública, bem como, do uso das redes sociais como meio de divulgação. Entendemos que um ideal a ser perseguido na Oficina Municipal seria a maior integração da dimensão de “gestão”, voltada a aspectos técnicos da administração pública, com a dimensão da “política”, voltada aos conteúdos específicos da ciência política e da sociologia. A experiência de divulgar as ações e atrair funcionários do primeiro setor para as aulas de política foi um sucesso e enriqueceu as turmas dos cursos. Suas contribuições para os debates são importantes, pois carregam vivências do

dia a dia do serviço público e depoimentos sobre a interface gestor-cidadão. O sucesso dos cursos se espalhou para outros projetos e iniciativas da Oficina, dentre eles, uma coleção de livros e palestras em universidades. A seguir trataremos destas iniciativas, aproveitando para destacar aspectos dos conteúdos e do perfil do corpo docente.

Formatos e conteúdos

Para atingir o objetivo maior da Formação Política os cursos foram pensados em um formato que se adequa ao calendário letivo anual. Utiliza-se das férias de forma intensiva e do período de aulas em faculdades e escolas de maneira extensiva. Primeiramente o programa, composto sempre por 30 aulas, foi dividido em seis blocos de cinco encontros. Isso quer dizer que cada módulo tem um tema específico tratado em cinco aulas por, no mínimo, três professores diferentes. Os módulos são independentes, portanto os alunos podem optar pela ordem e quantidade de programas aos quais desejam aderir. Num levantamento feito entre 2009 e 2012, por exemplo, cerca de 60% dos participantes cumpriam um módulo, 16% dois módulos e 10% três módulos. Outros 10% haviam cumprido entre quatro e seis módulos, sendo relevante notar que uma parcela desses participantes mais assíduos se tornaram alunos de cursos de pós-graduação ou mestrado em áreas ligadas à Ciência Política e outros avançaram na profissão de jornalistas cobrindo a temática política, tendo a equipe de professores como fonte.

Esse padrão modular de aulas não ocorre por acaso e está conjugado a uma lógica semanal. Nas férias de janeiro, os módulos 1, 2 e 3 são ofertados em três semanas intensas com aulas de segunda à sexta-feira. O mesmo se repete nas férias de julho, com os programas 4, 5 e 6. Entre março e junho o primeiro bloco se repete às segundas-feiras à noite, e de agosto a novembro o segundo bloco modular é replicado. Assim, os alunos podem escolher o modelo intensivo (férias) ou extensivo. No primeiro caso, o foco era o universitário que estuda à noite e, interessado pela temática, precisa cumprir horas de atividade cujos comprovantes são entregues às faculdades e validados junto aos órgãos oficiais de educação. No segundo caso, um público mais amplo, sobretudo de jornalistas que buscam complementar a deficitária formação de conteúdos políticos ofertados em boa parte das faculdades.

A realidade se mostrou muito mais ampla. Em ambos os modelos servidores públicos, estudantes das mais diferentes carreiras, jornalistas, aposentados e cidadãos em geral se misturam na sala de aula. É comum, depois de um bloco

de três cursos, a formação de redes de amizades em ambientes virtuais, programações sociais e o desenvolvimento de projetos dos mais diferentes tipos entre alunos e, até mesmo, com os professores e a Oficina Municipal. Este Curso de Cidadania e Política teve a participação de 1.742 pessoas no período entre 2008 e 2015, o que nos leva a uma média de quase 218 pessoas por ano e 18 alunos por curso. Em 2014 tivemos o pico de participação, com um total de 323 pessoas nos 12 módulos.

Em relação ao programa das atividades, num primeiro momento, os módulos traziam as seguintes temáticas: 1) conceitos gerais da política; 2) aspectos da democracia brasileira; 3) divisão e relação entre os poderes; 4) marketing político; 5) aspectos sociais e; 6) partidos políticos. Ao longo do tempo o quinto módulo, que tratava de temas como pobreza, desigualdade e exclusão social cedeu lugar a um programa destinado a debater a corrupção e medidas para combatê-la. Numa terceira onda de alterações, o módulo 4 foi considerado muito técnico e passou a compor o conjunto de cursos regulares da Oficina Municipal. O programa de combate à corrupção também foi deixado de lado e foram criados um módulo específico sobre o Poder Legislativo e um programa especial, muito caro aos valores da instituição, sobre política municipal. Atualmente os seis temas abordados são: 1) conceitos gerais da política; 2) aspectos da democracia brasileira; 3) divisão e relação entre os poderes; 4) Poder Legislativo; 5) política municipal e; 6) partidos políticos. As aulas têm duração de duas horas, se utiliza de apresentação de slides e transcorre em um ambiente informal onde o aluno sente-se livre para intervir sempre que deseja. Perguntas, comentários e observações se intercalam com a exposição do professor e por isso é frequente a falta de tempo para terminar os slides preparados. Sem embargo, o curso quer ser dinâmico e democrático, por isso a equipe de professores tem uma grande importância como veremos a seguir.

O corpo docente para os Cursos de Cidadania e Política

Diante da programação estabelecida para as atividades dois desafios marcaram a constituição do corpo docente. Primeiramente o intuito era zelar pela perenidade da equipe. Não se tratava de convidar esporadicamente figuras de renome para lecionar, mas sim de garantir um grupo que se mantivesse unido. Ao longo dos últimos nove anos dezenas de docentes passaram pelo quadro branco da Oficina Municipal, sempre com o intuito de manter contínuas suas atuações na insti-

tuição. O principal motivo do afastamento de alguns foi positivo: o sucesso em concursos públicos em renomadas universidades.¹⁰

Além do espírito de equipe o objetivo é sempre garantir diversidade de formações com ênfase na Ciência Política, cujos temas são mais centrais na programação. Dos atuais oito docentes, Humberto Dantas¹¹, Gustavo Santos, Lara Mesquita, Thamara Strelec, Leandro Consentino são doutores ou doutorandos em Ciência Política. Rodrigo Estramanho é doutorando em Sociologia. Roberto Lamari e Marcelo Augusto Melo Rosa e Souza são advogados com larga experiência em direito público e eleitoral. Importante dizer que, em sala de aula, a despeito de preferências pessoais no campo político-partidário o intuito é zelar por um debate plural e democrático, sem a defesa de governos e ou bandeiras eleitorais. A garantia da ética suprapartidária sempre deu o tom das atividades como valor fundamental dos cursos.

Interessante notar também que a consolidação do trabalho na Oficina Municipal permitiu que outras oportunidades surgissem para os docentes. Dos oito professores que atuaram no curso no último ano, por exemplo, quatro estão regularmente na equipe da pós-graduação em Ciência Política da Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP-SP). Da mesma forma, muitos de seus graduandos participaram de atividades da Oficina Municipal num verdadeiro círculo colaborativo e virtuoso. Ademais, dois docentes, que participaram das atividades do módulo 4 de marketing político, também estão na FESP-SP. Essa aproximação com faculdades se mostrou ainda mais viva em um projeto denominado Jornadas Universitárias, ligado ao núcleo de Cidadania e Política, como veremos a seguir.

Jornadas Universitárias

Desde 2008, com o objetivo de atrair estudantes do ensino superior, a Oficina Municipal entendeu que poderia ofertar palestras em faculdades sobre temas candentes da política contando com parte de seu corpo docente e convidados especiais. O intuito era simples: em contato com uma rede de docentes, estudantes e dirigentes marcavam-se palestras no segundo semestre de cada ano e visitavam-se

10 A título de exemplo vale citar os casos de José Paulo Martins Jr. (UniRio), Paulo Sérgio Peres (UFRGS), Vitor Marchetti (UFABC), Andréa Freitas (Unicamp) entre outros.

11 Importante destacar a iniciativa do Coordenador dos Cursos de Cidadania e Política, professor Humberto Dantas, também nas Jornadas Universitárias.

as instituições. Milhares de jovens foram impactados entre 2008 e 2014. Em anos pares as ações sempre estiveram concentradas em transmitir conceitos elementares do funcionamento das eleições, estimulando um olhar acurado sobre o sistema eleitoral, partidário e a importância do voto. Nos anos ímpares a reforma política esteve presente (2009 e 2013), e em 2011 uma parceria com o cineasta pernambucano Marcelo Brennand permitiu a exibição e o debate de seu documentário “Porta à Porta – a política em dois tempos”. O filme está centrado nos bastidores de uma campanha municipal de Gravatá-PE e foi discutido em cerca de 10 escolas de nível superior.

Desta forma o projeto Jornadas Universitárias pôde percorrer 25 instituições diferentes, com ênfase em parcerias com a Fundação Escola de Sociologia e Política, presente nas seis edições, e na EACH-USP, FMU, Cásper Líbero, UFABC, Universidade São Judas e Insper onde os debates ocorreram pelo menos em quatro anos. No total mais de três mil alunos passaram pelas Jornadas e o valor atribuído aos debates entre estudantes e professores qualificados fez com que as vagas nos cursos de Cidadania e Política continuassem atraindo universitários de muitas das escolas parceiras até os dias de hoje.

A série de livros didáticos Cidadania e Política

Depois de oito anos dos Cursos de Cidadania e Política com o atendimento a milhares de alunos a Oficina Municipal entendeu que era chegado o momento de organizar uma série de livros trazendo seus conteúdos de forma mais aprofundada. Batizada também de *Cidadania e Política*, a série tem seis volumes: 1) Princípios da Democracia; 2) Política no Brasil; 3) Legislativo: teoria e realidade no Brasil; 4) Sociedade e Três Poderes do Estado; 5) Política Municipal e Regional; 6) Partidos Políticos.

Os três primeiros volumes foram lançados em maio de 2015 e passaram a atender dois grandes objetivos. Primeiro, tornaram-se o material didático fornecido aos alunos participantes do curso. Em segundo, passaram a fazer parte de um programa de doações de obras didáticas da Oficina Municipal a organizações e pessoas físicas que buscam mais informação e formação em cidadania e política. Cada um dos três primeiros volumes teve uma tiragem de mil exemplares e com esse ritmo de distribuição, estavam quase esgotados antes de completarem um ano da edição. Os outros três volumes têm lançamento previsto para o primeiro semestre de 2016, com tiragem similar.

Cada volume conta com cinco artigos que reproduzem em linhas gerais a estrutura das aulas do curso presencial. O time de autores selecionados para a redação dos artigos extrapolou o grupo de professores e a Oficina Municipal aproveitou-se de seus contatos no mundo acadêmico e na política nacional para trazer autores convidados. Entendemos que este seja um momento oportuno para agradecer aos professores e pesquisadores da ciência política, ciências sociais e administração pública, prefeitos, vereadores, deputados e senadores que compõem o time de autores desta série. Estamos certos que este time seletivo de colaboradores nos cursos de cidadania e política da Oficina Municipal está colaborando diretamente com o fortalecimento da Democracia ao compartilhar pensamentos e referências bibliográficas que são semanalmente lidas por nossos alunos e pessoas que buscam uma boa leitura.

CONCLUSÃO

■ Iniciamos este artigo fazendo referência à herança transmitida pela Fundação Konrad Adenauer à Oficina Municipal para realização de sua missão de formação política no Brasil. Gostaríamos de concluir retomando o artigo de Bernhard Vogel sobre o engajamento internacional das fundações políticas alemãs. Quando se refere às condições prévias para o estabelecimento de parcerias locais nos países em que atua, a FKA observa princípios fundamentais que gostaríamos de aqui elencar:

1. A Dignidade Humana.
2. A Justiça Social e a igualdade de oportunidades.
3. O Estado de Direito.
4. A Constituição Democrática do Estado.
5. O ordenamento da sociedade baseado na Liberdade.

Estes princípios, segundo Vogel, estão integrados à cultura e à filosofia da Europa e ajudam, exatamente, a compreender as culturas de outros povos onde a FKA mantém parceiros como a Oficina Municipal. Importante dizer que nestes tempos marcados por conflitos de caráter religioso, econômico e político parece-nos fundamental evocar a necessidade de princípios orientadores que possam guiar sábios homens e mulheres com coragem para defender a paz e a unidade entre os povos. E a construção da paz se inicia dentro de cada nação, nas cidades

e nos bairros onde vivemos. Por isso, dentre os princípios apontados por Vogel, destacamos a dignidade humana que protege as minorias e os excluídos nos sistemas econômicos injustos. Do ponto de vista da filosofia a dignidade humana se define por uma condição ontológica (natural) de todo ser humano: ser dotado de consciência livre e responsável para decidir-se pelo bem, pelo belo e pelo verdadeiro.

Temos consciência de que a sociedade relativista no mundo ocidental, muitas vezes marcada pelo egoísmo e hedonismo, é muito desafiadora. Sem embargo, diante das tensões sociais e das muitas situações traumáticas é preciso encontrar vias para o diálogo e a compreensão mútua. Esta é uma tarefa inalienável da política e, indiretamente, da formação política. Mais do que nunca somos chamados a ensinar a importância da compreensão e, porque não dizer, do perdão, que foi evocado por Hannah Arendt na sua obra clássica sobre a condição humana, com a via privilegiada para se “desafazer os nós” da convivência humana. Em outras palavras, é preciso construir vias efetivas para superação dos mais variados conflitos que hoje vemos pautados pela mídia e que parecem nos devorar sem receber respostas efetivas. As posturas “intolerantes” de um lado e, de outro, as posições ambíguas de uma “tolerância intolerante”, são duas faces da complexa problemática política contemporânea. O desafio da formação política é convidar as pessoas a não se fecharem em si mesmas, ou sobre seus próprios grupos e comunidades, mas em lugar disso, se abrirem para os outros e para o mundo. A Política é a arte da convivência pacífica entre pessoas diferentes e singulares. A Política tem seu lugar na história e é chamada a retomar seu prestígio neste momento atribulado em que nos encontramos, mesmo já não gozando do mesmo apelo e da credibilidade do passado.

Por tudo isso estamos certos, na Oficina Municipal, que é inadiável a tarefa da formação política no Brasil. Queremos prosseguir com a nossa missão de formar as pessoas para viver a amizade política que as torna capazes de amar amigos, e também inimigos. Na política democrática é preciso acolher com franqueza o opositor e o pluralismo de ideias e crenças. O agente político mais do que tolerar, deve ser capaz de hospedar em sua própria casa aqueles que lhe são os mais difíceis. O papa Francisco, que tem atraído pessoas de várias religiões, e também sem religião, convida toda a humanidade a compreender, ter misericórdia, ensinar e aprender com base no diálogo. Desta forma se pode construir o bem comum que abarca os bens materiais e imateriais, integra os valores interiores e exteriores das pessoas, e orienta a sociedade à uma justa distribuição econômica. Este é o ideal da fraternidade universal com a qual sonhamos e que pode ser construída com a

ajuda da política e da formação política que a Oficina Municipal realiza em parceria com a Fundação Konrad Adenauer.

JOSÉ MÁRIO BRASILIENSE CARNEIRO é Diretor e Fundador da Oficina Municipal. Formado em Direito pela USP é Doutor em Administração de Empresas e Mestre em Administração Pública pela EAESP/FGV, com Pós-Graduação em Gestão de Projetos pelo PECE-EAESP/FGV e Teologia pela Pontifícia Universidade Lateranense de Roma. Foi Coordenador de Projetos da Fundação Konrad Adenauer e Consultor da FUNDAP-Governo do Estado de São Paulo.

GUSTAVO ADOLFO P. D. SANTOS é Gerente de Programas da Oficina Municipal. Possui Doutorado em Teoria Política pela Catholic University of America (2013), mestrado em Teoria Política pela Catholic University of America (2009), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (2002) e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1996). Foi coordenador de projetos na área de formação política para a Fundação Konrad Adenauer no Brasil.

HUMBERTO DANTAS - Cientista político, mestre e doutor pela USP, professor do Insper e coordenador do curso de pós-graduação em Ciência Política da FESP-SP. Coordenador dos cursos modulares de Cidadania e Política da Oficina Municipal. Conselheiro da Fundação Konrad Adenauer e da Oficina Municipal. Comentarista político da Rede Vida de Televisão. Blogueiro do portal Estadão.com.br

EDER BRITO é Analista de Projetos da Oficina Municipal. Tem Mestrado em Administração Pública pela Korea University (Coreia do Sul, 2012), Especialização em Comunicação Organizacional pela FIAM-SP (2010) e Graduação em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (2005). Atua na gestão pública municipal em São Paulo desde 2003, com passagens pelas áreas públicas de cultura, esportes e saúde. Foi coordenador de comunicação institucional na Secretaria Municipal de Esportes de São Paulo (2012-2013) e no Centro Cultural São Paulo (2010-2011). Blogueiro do Portal Estadão, onde escreve semanalmente sobre política municipal desde 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Gildo Marçal; QUIRINO, Célia Galvão e VOUGA, Cláudio. *Clássicos do Pensamento Político*. Editora USP. 2004.
- BENTO XVI. *Carta Encíclica Caritas In Veritate*. 2ª Edição. Paulinas Editora. 2009.
- FIDES. *Bem Comum – Debatendo o Presente para construir o futuro solidário*. Periódico FIDES. Edição 74. 2001.
- FIDES. *Bem Comum – Debatendo o Presente para construir o futuro solidário*. Periódico FIDES. Edição Especial 84. 2005.
- FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si'*. Editora Paulus. Edições Loyola. 2015.
- HOFMEISTER, Wilhelm. *40 anos: Política, Sociedade e Cooperação Internacional*. Wilhelm Hofmeister (organizador) – Rio de Janeiro. Konrad Adenauer Stiftung, 2009.
- KRELL, Andreas Joachim. *O Município no Brasil e na Alemanha : Direito e Administração Pública Comparados*. São Paulo. Oficina Municipal. 2003.
- SÉRIE DEBATES. *Subsidiariedade e Fortalecimento do Poder Local*. Centro de Estudos Fundação Konrad Adenauer Brasil. Número 06. Ano 1995.
- VOGEL, Bernhard. *O Engajamento Internacional das Fundações Políticas Alemãs*. Série Papers Fundação Konrad Adenauer Brasil. 1992.